

**Se estiver interessado em receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)**

**O IMPACTO DAS MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO PARA CONTRARIAR A ESCALADA DE PREÇOS, A ILUSÃO DE QUE A ESCALADA É TEMPORÁRIA, MAS CONTINUARÁ ENQUANTO HOUVER SANÇÕES, E O ANÚNCIO PELO GOVERNO DE UMA POLÍTICA DE RENDIMENTOS PARA 2023 ASSENTE NA CONTINUAÇÃO DA REDUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS PORTUGUESES**

O governo acabou de anunciar com “*pompa e circunstância*” e com grande cobertura mediática, mas só depois de muita pressão e de vários governos da U.E. terem tomados medidas para contrariar os efeitos dramáticos na vida dos europeus da escalada de preços causada pelas sanções aplicadas à Rússia pelos países ocidentais por esta ter invadido a Ucrânia, um conjunto de medidas para “*apoiar os rendimentos das famílias*”.

Embora se possam considerar como positivas, e nós consideramos porque é melhor que nada, no entanto vamos mostrar que os seus efeitos são passageiro e mesmo enganadores, pois, por um lado, não compensam minimamente **o poder de compra já perdido** pelos portugueses nomeadamente pelas classes média e de baixos rendimentos já em 2022 e, por outro lado, António Costa anunciou, e certamente pretende aplicar já em 2023, uma política de rendimentos, a pretexto da “*de contas certas*”, que determinará, se for para a frente, a continuação da redução brutal do poder de compra dos salários e pensões.

**AS MEDIDAS PARA COMPENSAR A PERDA DRAMÁTICA DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES NÃO PERMITEM RECUPERAR MINIMAMENTE UMA PARTE DO PODER DE COMPRA JÁ PERDIDO SÓ ESTE ANO**

Segundo o INE, a Remuneração bruta (*antes dos descontos para a Segurança Social/CGA e IRS*) base mensal média de 4,4 milhões de trabalhadores inscritos na Segurança Social e na CGA era, em junho de 2021, 1043€ e, em junho de 2022, 1069€, portanto num ano esta remuneração média aumentou apenas 2,5% (*nas Administrações Públicas a subida foi apenas de 0,9%, o que significa que o setor privado teve um aumento superior a 2,5%*)

Entre as medidas anunciadas pelo governo aquelas que têm um impacto mais direto e imediato nos rendimentos dos trabalhadores são. (1) “*atribuir um pagamento extraordinário de 125€ a cada cidadão com rendimento até 2700€*”; (2) atribuir aos casais com filhos mais “*um pagamento extraordinário de 50€ por cada filho que tenha a cargo*”. Portanto, cada membro do casal de trabalhadores receberá, em média um auxílio extraordinário de 150€ em 2022. Como é o único que receberá em todo o ano de 2022, dividindo por 14 meses dá uma média de 10,7€ por mês. O quadro 1 mostra o efeito a nível do poder de compra médio da remuneração base líquida dos 4,4 milhões de trabalhadores a adição desse valor.

**Quadro 1 – Variação do poder de compra da remuneração base líquida dos trabalhadores entre junho de 2021 e junho de 2022 considerando que os apoios estão sujeitos a descontos**

PERÍODO	Remuneração bruta base mensal (média)	Desconto para a Segurança Social ou CGA	Valor deduzida do IRS	Remuneração líquida base mensal (média)	Remuneração líquida de 2022 deduzida da inflação entre jun.2021 e jun.2022	Variação poder de compra
jun/21	1 043 €	115 €	100,1 €	828,1 €		
jun/22	1 069 €	118 €	102 €	849,9 €	781,6 €	-5,6%
Jun/22+apoios	1 080 €	119 €	123 €	837,9 €	770,6 €	-6,9%

Como não conhecemos ainda o diploma aprovado pelo governo consideramos que os apoios extraordinários aos trabalhadores serão incluídos no seu rendimento e sujeitos a descontos (SS/CGA e IRS). E como mostra o quadro, a conclusão a que se chega é que com os apoios a redução no poder de compra da remuneração base média seria maior (-6,9%) do que sem apoios (-5,6%). E isto porque “*saltava*” de escalão de IRS.

O quadro 2 mostra a quebra no poder de compra da remuneração líquida incluindo os apoios sem descontos

**Quadro 2 – Variação do poder de compra da remuneração base líquida dos trabalhadores entre junho de 2021 e junho de 2022 considerando que os apoios não estão sujeitos a descontos**

PERÍODO	Remuneração bruta base mensal (média)	Desconto para a Segurança Social ou CGA	Valor deduzida do IRS	Remuneração líquida base mensal (média)	Remuneração líquida de 2022 deduzida da inflação entre jun.2021 e jun.2022	Variação poder de compra
jun/21	1 043 €	115 €	100,1 €	828,1 €		
jun/22	1 069 €	118 €	102 €	849,9 €	781,6 €	-5,6%
Jun/22+apoios	1 069 €	118 €	102 €	860,6 €	791,5 €	-4,4%

Apesar de diminuir com inclusão dos apoios, e considerando que eles não estão sujeitos a IRS e ao desconto para a Segurança Social ou CGA, mesmo assim a redução do poder de compra da remuneração base média líquida (*incluindo apoios sem descontos*), entre 2021 e 2022, é de -4,4%, o que é significativo. Portanto, os apoios direcionados principalmente aos trabalhadores, embora minorando a situação, não evitam que o trabalhador sofra em 2022 uma baixa significativa no seu poder de compra. Em 2023, já não existem apoios para adicionar à remuneração base, volta-se à situação anterior, e o seu poder de compra reduz-se. E os aumentos futuros é sobre a remuneração que são feitos.

**O GOVERNO VIOLA A LEI PARA REDUZIR O AUMENTO DAS PENSÕES EM 2022, E RECUPERAR O QUE “DEU” COM UMA MÃO E TIRA COM A OUTRA, LESANDO PROFUNDAMENTE OS PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL E CGA**

Para ficar claro este enorme “roubo” que o governo pretende fazer aos pensionistas da Segurança Social e CGA, vai-se comparar os aumentos que estes teriam nas pensões em 2023 de acordo com a Lei 53-B/2006 com os Eugénio Rosa – economista – outros estudos estão disponíveis em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com) pág. 1

Se estiver interessado em receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

que o governo anunciou. Para isso, considerou-se que a inflação anual de 2022 seria a verificada em agosto de 2022 (5,43% segundo o INE, portanto não há subidas até dez.2022, mas deve aumentar pois, entre jul.2022 e ag.2022, subiu de 4,79% para 5,43%) e que, em relação ao PIB, o valor do 3º trim.2022, a preços constantes, será igual ao do 2º trim.2022 (crescimento zero como foi o do 2º trim.). Mas é previsível que se verifique crescimento nestas duas variáveis, por isso a diferença em relação à proposta do governo ainda deverá ser maior que a constante do quadro 2

**Quadro 3 – Aumento das pensões em 2023 de acordo com a lei e segundo a proposta do governo**

DE ACORDO COM A LEI 53-B/2006			DE ACORDO COM A PROPOSTA DO GOVERNO		
1º escalão - pensões até 2 IAS	Pensões até 938,96€	Aumento de 6,3%	1º escalão	Pensões até 886€	Aumento de 4,43%
2º escalão-pensões sup. 2 IAS até 6 IAS	Sup. 938,96€ até 2816,88€	Aumento de 5,97%	2º escalão	Pensões entre 886€ e 2659€	Aumento de 4,07%
3º escalão - pensões sup. 6 IAS	Pensões superiores a 2816,88€	Aumento de 5,43%	3º escalão	Pensões superiores a 2659€	Aumento de 3,53%

Como se conclui do quadro, os aumentos de pensões que o governo pretende fazer são inferiores aos que, em 2023, de acordo a Lei 53-B/2006 os pensionistas têm direito. O governo nem atualizou o IAS considerando que em 2023 teria o mesmo valor de 2022. Para que fique clara a dimensão da pensão que o governo pretende se apropriar fizemos duas simulações com base em dois valores de pensões (886€ e 1500€), e consideramos que o pensionista só vive mais 10 anos (*quantos mis anos viver maior é o “roubo”*). Os resultados estão nos quadros 3 e 4. Nestas simulações, em 2023 aplicamos os aumentos percentuais do governo e da Lei 53-B/2006 e, partir deste ano, aumentos anuais constantes de 3%

**Quadro 4 – As perdas numa pensão cujo valor em 2022 é de 886€ causada pela proposta do governo**

ANO	Pensão	Pensão mensal com aumento Lei 53-B/2006 em 2023 e depois com subida anual de 3%	Pensão mensal com aumento da proposta do governo em 2023 e depois com subida anual de 3%	Perda mensal para o pensionista	Perda anual a preços correntes para os pensionistas (14 pensões)	Metade da pensão em 2022 e perdas acumuladas ao longo dos anos
2022	886 €					443 €
2023		942 €	925 €	-16,6 €	-232 €	-232 €
2024		970 €	953 €	-17,1 €	-239 €	-471 €
2025		999 €	982 €	-17,6 €	-246 €	-717 €
2026		1 029 €	1 011 €	-18,1 €	-253 €	-970 €
2027		1 060 €	1 041 €	-18,6 €	-261 €	-1 231 €
2028		1 092 €	1 073 €	-19,2 €	-269 €	-1 500 €
2029		1 125 €	1 105 €	-19,8 €	-277 €	-1 777 €
2030		1 158 €	1 138 €	-20,4 €	-285 €	-2 063 €
2031		1 193 €	1 172 €	-21,0 €	-294 €	-2 356 €
2032		1 229 €	1 207 €	-21,6 €	-303 €	-2 659 €
SOMA DAS PERDAS ANUAIS EM 15 ANOS PARA OS PENSIONISTAS					-2 659 €	

**Quadro 5 – As perdas numa pensão cujo valor em 2022 é de 1500€ causada pela proposta do governo**

ANO	Pensão	Pensão mensal com aumento Lei 53-B/2006 em 2023 e depois com subida anual de 3%	Pensão mensal com aumento da proposta do governo em 2023 e depois com subida anual de 3%	Perda mensal para o pensionista	Perda anual a preços correntes para os pensionistas (14 pensões)	Metade da pensão em 2022 e perdas acumuladas ao longo dos anos
2022	1 500 €					750 €
2023		1 590 €	1 561 €	-28,5 €	-399 €	-399 €
2024		1 637 €	1 608 €	-29,4 €	-411 €	-810 €
2025		1 686 €	1 656 €	-30,2 €	-423 €	-1 233 €
2026		1 737 €	1 706 €	-31,1 €	-436 €	-1 669 €
2027		1 789 €	1 757 €	-32,1 €	-449 €	-2 118 €
2028		1 843 €	1 810 €	-33,0 €	-463 €	-2 581 €
2029		1 898 €	1 864 €	-34,0 €	-476 €	-3 057 €
2030		1 955 €	1 920 €	-35,1 €	-491 €	-3 548 €
2031		2 014 €	1 977 €	-36,1 €	-505 €	-4 053 €
2032		2 074 €	2 037 €	-37,2 €	-521 €	-4 574 €
SOMA DAS PERDAS ANUAIS EM 15 ANOS PARA OS PENSIONISTAS					-4 574 €	

Como revelam os dados dos dois quadros já em 2024 a perda acumulada é muito superior à meia pensão que o governo pretende pagar em 2022 à custa dos próprios pensionistas. E depois de 2024 é só perder

UMA POLÍTICA DE RENDIMENTOS PARA 2023 E ANOS SEGUINTE ASSENTE NA PERDA CONTINUADA DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES E DOS PENSIONISTAS E O APELO AOS PATRÕES PRIVADOS PARA FAZEREM O MESMO

Na intervenção que António Costa fez, e que está disponível no “Portal do governo”, que deve merecer uma atenção especial por parte dos trabalhadores e pensionistas, e das suas associações, pois revela as verdadeiras intenções do governo, ele disse o seguinte: **“Temos de fazer de tudo para convergir o mais rapidamente possível**

**Se estiver interessado em receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)**

**para o objetivo de médio prazo fixado para a zona euro: estabilizarmos uma inflação perto dos 2%. Este deve ser, por isso, o valor de referência para a atualização de prestações, preços, tarifas ou rendas fixadas pelo Estado para o próximo ano, para evitar que um ano de inflação excepcional e atípica como é 2022 se consolide com efeitos permanentes".** Não é necessário ser muito perspicaz para perceber que o grande desejo é utilizar o "plafond" de 2% para os salários e pensões como base da política de rendimentos. É de prever que os trabalhadores Função Pública se confrontem já com esta pretensão do governo e que, na concertação social, patrões e governo se unam com esse objetivo. A ser aceite tal política de rendimentos isso determinaria um agravamento brutal nas condições de vida da esmagadora maioria dos portugueses, que já enfrenta sérias dificuldades.

**É UMA ILUSÃO PENSAR QUE A INFLAÇÃO ELEVADA VAI REDUZIR-SE ENQUANTO EXISTIREM SANÇÕES QUE DESORGANIZARAM E FRATURARAM AINDA MAIS O COMERCIO MUNDIAL APÓS A PANDEMIA, E QUEM ESTÁ A SUPORTAR OS MAIORES CUSTOS SACRIFICIOS COM A GUERRA ECONÓMICA CONTRA A RUSSIA É A CLASSE E A DE MAIS BAIXOS RENDIMENTOS.**

**Vivemos não só em Portugal, mas também na U.E. (e não só), tempos muito difíceis** resultantes não apenas do **agravamento dramático das condições de vida e de segurança** causado pelas sanções, pela guerra, pelas alterações climáticas, etc. que aumentam a miséria e a destruição, mas também porque estão em risco as liberdades de pensamento e de expressão. **Utilizando a invasão da Ucrânia pela Rússia procura-se impor nas democracias ocidentais e também em Portugal, o pensamento único, e quem não adere a ele, e procure ter uma opinião objetiva, livre e independente, é acusado logo de "amigo de Putin".** Muitos com medo de serem acusados e incomodados autocensuram-se. Já vivi tempos semelhantes antes do 25 de Abril em que não aderir ao pensamento único salazarista era motivo para ser acusado de **"amigo do inimigo e fazer o jogo do inimigo"**.

**Vem tudo isto a propósito da destruição da economia e das condições de vida na U.E. por governantes fracos que tomam decisões sem ter em conta os interesses dos seus povos e sem avaliar as consequências das sanções que aprovam. Instalou-se a nível da U.E. o culto da unanimidade pela unanimidade, o que pressupõe muitas vezes a abdicção de pensamento próprio ou a falta dele assim como a submissão ao sr. Zelensky que, sem ser por direito presidente da U.E., acaba, de facto, por ser, atrevendo até a tratar mal governantes fracos da U.E. perante a passividade destes e a fazer exigências aos governos da U.E. que estes cumprem submissamente.**

Fomos um dos primeiros economistas que deu a cara, chamando a atenção para o efeito de "boomerangue" (ricochete) da utilização indiscriminada de sanções as quais teriam consequências dramáticas para a economia europeia e para vida dos europeus. E isto perante a incompreensão de muitos. Mas a realidade está a mostrar de que lado estava a razão. Temos uma Rússia que procurou encontrar mercados alternativos para as suas principais exportações e tem encontrado porque cerca de metade da população mundial vive em países que não aderiram às sanções ocidentais, e uma Ucrânia destruída e o seu povo devastado, e uma Europa em profunda e dramática crise económica e social. E o insuspeito FMI, em estudo recente, ainda veio dizer que as consequências das sanções para a Rússia foram menos graves do que as previstas pelo ocidente, e para Europa mais graves que as esperadas pelos governantes e sábios europeus. E quando a Rússia corta o fornecimento de gás à Europa e os preços aumentam, os governantes da U.E. e sr. Zelensky espantam-se e protestam, quando antes não se cansavam de ameaçar a Rússia com o corte total das importações do gás.

**E como tudo não fosse suficiente** continuam a multiplicar as sanções (agora contra os simples cidadãos russos, numa autêntica russofobia, como eles fossem responsáveis pela guerra de Putin, esquecendo o governo português que submissamente aceitou a exigência de Zelensky, que Portugal já teve um ditador que levou a cabo três guerras contra os povos das colónias, e se na altura os outros países responsabilizassem os portugueses pela política de guerra de Salazar, então o que seria dos portugueses), e pretendem fixar um preço máximo para a compra do petróleo russo com ilusão de que o autocrata Putin vai aceitar passivamente. O que vai certamente acontecer é que ele se recuse a vender a esse preço, e que os preços do barril de petróleo nos mercados onde a Europa é obrigada a se abastecer aumente ainda mais. Esquecem-se por ignorância ou deliberadamente como funciona o mercado capitalista que tanto defendem elogiam. **A Rússia é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de petróleo e de gás (e de outros produtos). Se ela for afastada dos mercados onde os países ocidentais compram esses produtos inevitavelmente os preços subirão em flecha, como tem acontecido, e serão os europeus que terão de pagar os custos dessa miopia como já está a acontecer.** Mas dão pouca importância aos sacrifícios das classes médias e pobres da U.E. pois, como o ECO noticiou em 14/8/2022, "a partir do próximo ano, os funcionários das instituições da U.E. deverão receber um aumento salarial de 8,5%, de forma a ter em conta a inflação" pago pelos contribuintes europeus.

**E como tudo isto já não fosse suficiente** os governantes europeus, incluindo o português, continuam a vender a ilusão que a inflação é temporária e os sacrifícios são também temporários e a Europa vai alcançar rapidamente a independência energética. Mais uma ilusão que se vai pagar caro porque a inflação continuará enquanto as sanções continuarem e uma maior independência energética será demorada em obter e terá custos muitos elevados. E como se provou neste estudo as medidas aprovadas pelo governo para defender a população da escalada de preços são insuficientes e mesmo assim Costa diz e o Presidente concorda que não pode fazer mais para não agravar a situação do país.

**Eugénio Rosa – [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 7-9-2022**